

Capítulo II

Os negros maometanos no Brasil

Raymundo Nina Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, RN. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 44-77. Os negros maometanos no Brasil. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO II

Os negros maometanos no Brasil¹

Sumário:

I. As guerras santas dos *Malés*, ou os levantamentos de escravos na Bahia no século XIX. II. Insurreições dos Haussás; 1807, 1809, 1813, 1816. III. Insurreições dos Nagôs; 1826, 1827, 1828, 1830: a grande revolução de 1835. IV. Causas religiosas das insurreições. V. A Igreja Maometana na Bahia; seu chefe ou o *Limano*; seus sacerdotes ou os *Alufás*; o culto. O Islamismo dos Negros. VI. Origem da denominação de *Malés* dada no Brasil aos Negros muçulmanos: sua significação étnica.

¹ Este capítulo foi publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 2 de novembro de 1900.

I. Pode-se avançar com segurança que até hoje ficaram inteiramente incompreendidas no seu espírito e na sua significação histórica as repetidas sublevações de escravos que, em curtos intervalos se sucederam na Bahia, durante a primeira metade do século XIX. Para os cronistas, eram simples manifestações dos sentimentos perversos e cruéis dos selvagens de pele negra, na estigmatização de cujo procedimento ficavam sempre brandos de mais os termos e qualificativos da mais rubra indignação. Para espíritos mais benévolos, os levantes apenas constituíam justas represálias de seres brutalizados por senhores desumanos. Os escritores de ânimo liberal viam nas insurreições dos Negros uma nobre revolta de oprimidos contra a usurpação da sua liberdade, em cuja reivindicação davam, por vezes, notáveis exemplos do mais belo heroísmo.

De tudo isto podiam participar as revoltas dos Africanos, mas seguramente elas não eram isso. Para apreender a sua verdadeira significação histórica, é mister remontar às transformações étnicas e político-sociais que a esse tempo se operavam no coração da África. Outra coisa não faziam os levantes senão tentar reproduzir delas pálido esboço, deste outro lado do Atlântico, sob o influxo dos sentimentos de que ainda vinham possuídas as levas do tráfico, em que para aqui se transportavam verdadeiros fragmentos de nações negras. E estas bem sabiam manter-se fechadas no círculo inviolável da própria língua, de todos desconhecida. Essas revoltas de que o estudo pouco aprofundado dos historiadores pátrios não tem feito mais do que explosões acidentais do desespero de escravizados contra a opressão cruel e tirânica de senhores desumanos, tem assim a alta significação da mais acabada sucessão histórica. Elas se filiam todas às transformações políticas operadas pelo Islamismo no Haussá e no Iorubá sob a direção dos Fulos ou Fulahs.

É notória a importância etnográfica dos Fulos, Fulahs, Fulbi, Pulos ou Peuls, vasta família africana que, em larga faixa transversal, se estende na África setentrional, por baixo dos Tibus e Tuaregs. Matéria de longa controvérsia tem sido a da natureza branca ou negra desta família africana de que Muller fazia os seus Nubo-Fulás, na sua opinião, mestiços, de negros e chamitas. Recusada *in limine* a ideia de uma origem malaia ou asiática, os Fulahs são tidos hoje como de raça branca, pelos mais autorizados

antropologistas e etnógrafos. Após sério exame das opiniões variadas, que se tem sustentado sobre a origem dos Peuls ou Fulahs, Sergi² definiu-os:

Uma ramificação da grande estirpe chamítica, mais afim do ramo setentrional do que do oriental e que, como os ibus, adquiriu uma individualidade própria, com caracteres peculiares, que tornam difícil reconhecer as suas origens primitivas.

Estabelecidos no belo país do Haussá, para uma época que remonta a mais talvez do século XIV, foram os Fulbi que aí propagaram e lentamente desenvolveram o Islamismo. Crescendo continuamente em número e em poderio, a ponto de, em muitas regiões, acabar por contrabalançar a influência dos indígenas Haussás, eles não conseguiram, todavia, desde logo, a dominação política do país. Foi precisamente no começo do século XIX, em 1802, que o dam-foidé Othman, constituindo-se, com os fiéis, em dijemã, ou associação religiosa e militar, abriu o período das guerras santas, e, inspirando-se no mesmo fanatismo religioso que lançou os Árabes vitoriosos sobre a África e sobre a Europa, acabou fundando até 1810 o vasto império de Sókotô, que mais tarde se cindiu nos grandes reinos vassallos de Wurnô, Gandô e Adamauhá. Todavia não foi rápida a vitória completa sobre os infiéis, só obtida após renhida luta com fortuna vária para os dois partidos, aos quais não faltaram revezes e insucessos.

É deste período e destes acontecimentos que data a imigração dos Haussás, para o Brasil, por meio do tráfico. Na carta para sua Majestade, de 16 de junho de 1607, em que o 6º Conde da Ponte, Governador da Bahia, dava conta da primeira insurreição dos Negros Haussás, informava ele:

Esta colônia, pela produção de tabaco, que lhe é própria, tem o privilégio exclusivo do negócio da Costa da Mina: importaram, no ano passado, as embarcações deste tráfico oito mil e trinta e sete (8.037) escravos, Geges, Ussás (Haussás) e Nagôs, etc., nações as mais guerreiras da costa de Leste, e nos mais anos há com pouca diferença igual importação, grande parte fica nesta capitania e considerável quantidade nesta capital.

Os negros Iorubanos, a que nós Brasileiros damos, como os Franceses, o nome genérico de Nagôs, assim como os Ewes entre nós denominados Geges, como vimos, seguramente eram importados no Brasil,

² Sergi, ÁFRICA. *Antropologia della stirpe Comitica*, Torino, 1897, pág. 359.

de longa data. Mas o valor especial da importação do começo do século XIX está na influência que a esse tempo principiaram a exercer sobre elesos Fulás e Haussás maometanos. Repelidos pelos Fulás, os negros Haussás caíram sobre o grande e poderoso reino central de Iorubá e destruíram-lhe a capital Oyó. No reinado de Arogangan, Iorubá perdeu, em 1807, a província Ilorin, cujo governador Afunjá, sobrinho do rei, se serviu dos Haussás para declarar-se independente. Os maometanos em 1825 queimaram vivo a Afunjá e desde então elegeu-se ali um rei ou governo muçulmano. Horin tornou-se por este modo um centro de propaganda do Islamismo nos povos Iorubanos ou nagôs.

Não eram negros boçais os Haussás, que o tráfico lançava no Brasil. As nações do Haussá, os reinos célebres de Wurnô, Sókotô, Gandô, etc., eram florescentes e dos mais adiantados da África Central. A língua Haussá, bem estudada por Europeus, estendia-se como língua de comércio e das côrtes por vastíssima área; e sua literatura, ensina E. Réclus, era principalmente de obras religiosas, mas além disso havia manuscritos da língua indígena, escritos em caracteres árabes. Dentre as suas cidades importantes destacam-se Kanô e Katsena a que Richardson chamou a “Florença dos Haussás”.

Era natural e de prever que de uma nação assim aguerrida e policiada, possuída, além disso, de um sentimento religioso capaz de grandes empreendimentos como era o Islamismo, não poderia fazer passivas máquinas de plantio agrícola a ignorante imprevidência de senhores que se davam por tranquilizados com a conversão cristã dos batismos em massa e deixavam, de fato, aos Negros, na língua que os Brancos absolutamente ignoravam, inteira liberdade de crenças e de pensamento.

Por sob a ignorância e brutalidades dos senhores brancos reataram-se os laços dos imigrados, sob o duro regime do cativo reconstruíram, como puderam, as práticas, os usos e as crenças da pátria longínqua. O comércio continuado com a Costa d'África ia-os instruindo dos sucessos guerreiros e religiosos que por lá se desenrolavam e assim se lhes ministravam *pabulun* e estímulo novo para a conversão e para a luta. O Islamismo organizou-se em seita poderosa; vieram os mestres que pregavam a conversão e ensinavam a ler no árabe os livros do Alcorão, que também de lá vinham importados.

Sem compreender-lhe todo o alcance e valor histórico, o Dr. Francisco Gonçalves Martius, depois Visconde de São Lourenço, que, como chefe de polícia, teve de reprimir a insurreição de 1835, pressentiu a importância das crenças religiosas dos Haussás nessas lutas.

Na parte que deu ao presidente da província, em 29 de janeiro de 1835, escrevia ele:

tem sido dadas por mim as providências necessárias para serem corridas todas as casas de africanos sem distinção alguma e o resultado será presente a V. Ex.^a em tempo competente, podendo desde já asseverar a V. Ex.^a que a insurreição estava tramada de muito tempo, com um segredo inviolável e debaixo de um plano superior ao que devíamos esperar de sua brutalidade e ignorância. Em geral vão quase todos sabendo ler e escrever em caracteres desconhecidos que se assemelham ao Árabe, usado entre os Ussás, que figuram ter hoje combinado com os Nagôs. Esta nação, em outro tempo foi a que se insurgiu nesta província por várias vezes, sendo depois substituída pelos Nagôs. Existiam mestres que davam lições e tratavam de organizar a insurreição na qual entravam muitos fórros africanos e até ricos. Tem sido encontrados muitos livros, alguns dos quais dizem serem preceitos religiosos tirados de mistura de seitas, principalmente do Alcorão. O certo é que a Religião tinha sua parte na sublevação e os chefes faziam persuadir aos miseráveis que certos papéis os livrariam da morte, de onde vem encontrar-se nos corpos mortos grande porção dos ditos e nas vestimentas ricas e esquisitas que figuram pertencer -aos chefes e foram achadas em algumas buscas.

A organização religiosa da propaganda e do ensino maometano, a sua extensão e influência melhor hão de evidenciar-se e compreender no estudo das insurreições. Aqui, como em tantas outras situações históricas, o ardor e o zelo religiosos tinham preservado os Negros dessa dissolução do caráter que Sergi dá, com razão, como a fatal consequência da aniquilação da vontade, que é a consequência primeira da escravidão.

A grandeza moral de que, em face do perigo e da morte, deram notável exemplo alguns dos insurgidos, fornece a verdadeira chave das insurreições ou levantes que nem se devem atribuir ao desespero da escravidão, pois a eles aderiam libertos e ricos; nem a um nobre sentimento de solidariedade social, pois sistematicamente eram excluídos do grêmio

revolucionário os patrícios infiéis ou não convertidos; nem aos laços de sangue da mesma raça, pois, como os Brancos, se achavam envolvidos nos planos de massacre os Negros crioulos e os africanos fetichistas. Mas o Islamismo, que por toda a parte na África, de inopinadas guerras santas, faz surgir como por encanto impérios e reinos de duração mais ou menos efêmera, era, no fanatismo dos Negros, dos Chamitas e dos seus mestiços, a mola e a origem de todas essas explosões.

Assim claramente o mostra a história das insurreições.

II. INSURREIÇÕES DOS HAUSSÁS. — É para lamentar que, precisamente sobre estas insurreições em que melhor se deviam ter revelado a ação e a influência dos negros Haussás, só possuamos dados dos mais insuficientes. É que a repressão colonial destes delitos era sumária demais. Dela dão excelente ideia as queixas formuladas contra os tribunais pelo 6º Conde da Ponte, governador da Bahia, na carta em que participava a D. Fernando José, de Portugal, a segunda insurreição dos Haussás, em 1809. Em 16 de janeiro de 1809, escrevia este leal servidor :

As querelas oferecidas, malevolamente e aceitas pelos Juizes criminaes e nas Correções de ferimentos, mortes, contusões acontecidas nestas ocasiões, que verdadeiramente se devem considerar de guerra, formal resistência e defesa própria dos que legitimamente vão autorizados com Ordens do Governo, ou dos que por ele em seu auxílio são convocados, são outros tantos barrancos que encontra o bem do serviço que se tornam em favor dos perturbadores do sossego público e malfeitores: por V. Ex. foi conhecida esta verdade mais de uma vez, governando esta Capitania e eu repetidas vezes a tenho sentido e tenho representado a pouca consideração com que se respeitam por alguns Magistrados os executores das diligências do Real Serviço, com ordens deste Governo. Permita V. Ex. que, com o verdadeiro patriotismo que professo, com a lealdade, puro amor ao Nosso Soberano e com incessante zelo pelo seu Real Serviço conclua com a proposição de eterna verdade que — sucessos e circunstâncias extraordinários e que os acontecimentos imprevistos em ofensa dos Direitos do Soberano e da tranquilidade pública, entregues às solenes e morosas audiências ordinárias, animam a maldade a reincidir e então com mais segurança de bom êxito de seus temerários projetos.

Difícil decidir o que mais é aqui: se o conforto daquela nobre serenidade e isenção de magistratura colonial, acusada e naturalmente tão mal segura; se o doloroso sentimento de desalento pela reincidência e pertinácia com que revive a eterna propensão humana ao arbítrio e à violência. As queixas e as doutrinas de então não são por acaso as de hoje, mesmo revolvido sobre elas um século de proclamada civilização? Mas não prejudique a reflexão importuna ao escorreito contexto do fato histórico.

Todavia, dos levantes dos Haussás, um artigo do Dr. Caldas Brito³ publicado recentemente no Jornal do Comércio, acrescenta algumas informações novas ao que tínhamos escrito neste capítulo quando o publicamos em 1900 no mesmo jornal.

O autor parece não ter lido o que então escrevi, nem ter formado ideia exata do valor político e da significação social das insurreições dos Africanos. Ainda assim, o seu artigo cobre em parte a grande lacuna que, no conhecimento dos levantes, ia de 1813, data a que chegavam as insurreições conhecidas dos Haussás, até 1826, quando começaram as dos Nagôs. É de esperar que estudos futuros acabem preenchendo a lacuna de 1816 a 1826, que subsiste, descobrindo os levantes que nesse período deviam ter tido lugar.

Ao artigo do Dr. Caldas Brito tomamos a descrição do levante de 1816, e parte do de 1813:

Insurreição de 28 de maio de 1807. — Em rigor, os pequenos levantes de 1807 a 1809 são escaramuças preliminares, meros ensaios da grande insurreição de 1813. Da de 1807 instruem-nos as cartas, de 16 de junho e 12 de julho, do Conde da Ponte ao Visconde de Anadia.

Na noite de 26 de maio daquele ano, um indivíduo cujo nome o governador não declina mas que afirma ser “de probidade e empregado nesta cidade”, procurou falar-lhe para comunicar que um escravo lhe havia confiado tramarem os Negros da nação Haussá um levante ou conjuração. Designando em cada bairro um Capitão e nomeando um agente a que chamaram Embaixador, tinham eles disposto a fuga da maior parte dos escravos desta nação, quer da capital, quer dos engenhos do recôncavo, para

³ Dr. Caldas Brito, *Levantes de pretos na Bahia*, in *Jornal do Comércio*, de 15 de maio de 1903.

se reunirem debaixo de armas e fazer guerra aos Brancos. Simulou o governador não dar crédito à possibilidade do fato e exigiu novas provas, pondo o denunciante em relação com o seu ajudante de ordens. Nos três dias subsequentes conseguiu assim conhecer os nomes dos capitães e o número exato da porta e o sitio do casebre em que se faziam os ajuntamentos. No dia 27 foi-lhe indicado que, para as 7 horas da noite do dia seguinte, estava apazada a deserção, combinado que só fora da cidade se deviam reunir com as armas de que dispusessem. Em seguida à procissão de Corpus Christi, a que assistiu o governador, deu este, escritas pelo próprio punho, ordens aos comandantes dos corpos de infantaria e artilharia para aprestarem as patrulhas por ele designadas. Às 6 horas, sem toque de tambor e sem arruído, estavam tomadas as portas da cidade, distribuídas diligências de capitães do mato, cercado e varado o casebre em que se faziam as reuniões. Neste foram presos sete dos cabeças ou capitães, encontraram-se cerca de quatrocentas flechas, um molho de varas para arcos, meadas de cordel, facas, pistolas e um tambor. Os capitães de mato capturaram três dos chefes que já haviam fugido, e as patrulhas e rondas militares os mais indicados como autores e sedutores. Procedeu-se a investigação e devassa judiciárias de que foi incumbido o Desembargador Ouvidor Geral do Crime, cuja exposição se remeteu para o reino com a carta de 12 de julho. Não consegui descobrir cópia deste documento naturalmente mais explicito e instrutivo.

Como medida preventiva ordenou o governador que dali por diante fosse preso e recolhido à cadeia todo escravo encontrado nas ruas depois de 9 horas da noite, sem declaração escrita de seu senhor, ou fora da companhia deste. Rezam outros documentos que ainda por cima recebia o preso como ensinamento uma correção de cem açoites. Entrava certamente esta medida nos planos de severa repressão, tão preconizado por este governador, que teve, todavia, de reconhecer a sua ineficácia apenas dois anos depois.

A respeito deste levante, lê-se no *Resumo Cronológico e Noticioso da Província da Bahia* de J. Alves Amaral⁴:

§ 235. 8 de junho de 1807. Houve uma insurreição dos Negros Ussás, a qual se desenvolveu em vários pontos do Recôncavo e imediações

da cidade, sendo muitos dos insurgentes punidos com a pena última depois de julgados sumariamente na Relação da Capital, segundo determinou a carta régia de 6 de outubro desse ano.

Se os insurgidos foram julgados e executados por uma insurreição evidentemente abortada, não consegui verificar. Na carta de 12 de julho, o Conde da Ponte pedia ao governo da Metrópole, o qual reservava para si o direito de determinar o modo de julgar estes delitos, que resolvesse se devia seguir-se para o caso o processo mandado observar, pela carta régia de 17 de julho de 1790, para a insurreição de Minas Gerais; ou se o processo que a resolução de 23 de dezembro de 1798 mandou seguir no julgamento dos mulatos implicados no movimento insurrecional desse ano nesta Capital. Nos livros das cartas regias do Arquivo Público não encontrei essa de 6 de outubro de 1807, nem outra resposta à consulta do Conde da Ponte; o Dr. Caldas Brito diz que os dois principais culpados, Antônio e Baltazar, foram condenados à morte, e os demais açoitados na praça pública, a 20 de março de 1808.

Mas as duas cartas deste governador, de 16 de julho de 1807, deixam fora de toda dúvida não ter havido levante algum a 8 de junho de 1807, como se afirma naquela efeméride.

Se o plano de promover uma ação combinada dos escravos desta cidade com os dos engenhos vizinhos, invariavelmente seguido nos levantes posteriores, não indicasse suficientemente, da parte dos Haussás, o pensamento religioso que inspirou todas as suas guerras no Brasil, bastaria para o revelar a declaração do Conde da Ponte, de que, no casebre dos ajuntamentos, havia, além das varas, flechas e outras armas “certas composições supersticiosas e de seu uso a que chamavam mandingas, com que se supõem invulneráveis e ao abrigo de qualquer dor ou ofensa”.

Insurreição dos Haussás e Nagôs a 6 de janeiro de 1809 – Na segunda insurreição dos Haussás já figuravam eles associados aos Nagôs, o que, dadas as rivalidades e lutas em que as duas nacionalidades viviam a esse tempo em África, já por si denuncia o acordo na fé, criado por obra do Islamismo.

A 26 de dezembro de 1808 desertaram os escravos Haussás e Nagôs de alguns engenhos do Recôncavo.

⁴ *Almanaque da Província da Bahia*, de Antônio Freire, 1881, pág. 111.

A 4 de janeiro de 1809, oito dias depois, desertaram os desta cidade que a eles se foram reunir. Por onde passaram, a contar de três léguas desta cidade, cometeram toda a sorte de atentados, assassínios, roubos, incêndios e depredações. Alcançados pelas forças expedidas em seu encalço, a nove léguas desta cidade e cercados em uma mata, onde se fizeram fortes, junto ao riacho da Prata, não foi possível induzi-los a penderem-se, dizem as partes oficiais, bem suspeitas neste particular. Investiram contra as tropas que os bateram, matando grande número e ainda aprisionando 80, entre os quais muitos feridos. O movimento do Recôncavo tinha sido importante principalmente no distrito de Nazaré e Jaguaribe, vilas e roças vizinhas, de onde remeteram 23 presos para esta cidade. Coube ainda ao Conde da Ponte reprimir esta insurreição e dela deu contas ao governo da Metrópole nas cartas de 12 e 16 de janeiro de 1809.

Causou então surpresa geral o admirável sigilo em que se urdiu e levou a efeito o êxodo dos insurgidos. Mais natural seria considerado o fato, se naquele tempo tivessem os interessados melhor conhecimento do povo escravizado. Então haviam de saber que uma poderosa sociedade secreta *Obgoni* ou *Ohogbo*, verdadeira instituição maçônica, governava os povos iorubanos, com ação muito superior mesmo à vontade dos régulos. E em todos os atos desta associação dominava o mais absoluto sigilo.

Insurreição de 28 de fevereiro de 1813. — Parece ter sido um dos levantes mais sérios pelas proporções que tomou. Todos os Negros Haussás das armações de Manuel Inácio da Cunha Meneses, de João Vaz de Carvalho e de outros fazendeiros vizinhos, em número superior a 600, romperam em fortes hostilidades contra esta cidade. Assaltaram, armados, e incendiaram, pelas 4 horas da madrugada, as casas e senzalas daquelas armações.

Depois de matarem o feitor e a família deste e outros Brancos que aí se achavam, marcharam a atacar a povoação de Itapoan, onde também incendiaram algumas casas e, reunidos aos pretos desta localidade, assassinaram os Brancos que tentaram despersuadi-los ou lhes resistir.

Treze pessoas brancas foram encontradas assassinadas pelos Negros em Itapoan e na Armação de Manuel Inácio, além de oito gravemente feridas.

O Dr. Caldas Brito presta as seguintes informações sobre este importante levante:

Os pretos investiram contra reforços enviados a batê-los tão desesperados e embravecidos que só cediam na luta quando as balas os prostravam em terra; e durou o combate algumas horas, ficando fora da ação 50 Negros, inclusive os que fugiram atirando-se ao rio de Joannes, onde pereceram afogados, e três que preferiram enforcarse a cair em poder das tropas legais.

Em fins de maio do mesmo ano o advogado Lasso denunciou ao governo que os Negros Haussás preparavam um grande levante, que irromperia em a noite do dia 23 de junho e nele tomariam parte, além dos ganhadores dos cantos do cais da Cachoeira, cais Dourado e cais do Corpo Santo, os principais cabeças, os do Terreiro e do Paço do Saldanha, e que alguns pretos de outras raças entravam também na sedição, forros e cativos, tanto da cidade como do Recôncavo. Os centros desses conluios eram uma capoeira que ficava pelos fundos das roças do lado direito da capela de Nossa Senhora de Nazaré, uma roça na estrada do Matatu, fronteira à Boa Vista, Brotas e os matos do Sangradouro. O plano combinado era romperem desses lugares na véspera de São João, com o pretexto do barulho de semelhantes dias, matarem a guarda da Casa da Pólvora do Matatu, tirarem pólvora de que precisassem, molhando o resto, e quando acudissem as tropas e estivessem entretidos com aqueles sublevados, sairiam os cabeças existentes na cidade e degolariam todos os Brancos.

Divergências entre esses pretos, querendo uns que a insurreição fosse naquele dia 10 de julho, levaram um deles, de nome João Haussá, escravo de Manuel José Teixeira, a trair os companheiros. Descoberto assim o plano, ocultaram tudo quanto pudesse denunciá-los de modo que, dando-se uma batida naqueles lugares, não se encontrou vestígio algum.

Conquanto o Conde dos Arcos estivesse convencido de que essas denúncias eram trama do despeito de desafetos, que procuravam desmoralizar o seu governo, baixou no dia 20 de junho uma portaria proibindo expressamente o divertimento de fogos de São João, mormente os busca-pés, rouqueiras e foguetes, punindo o infrator desta ordem, qualquer que fosse a sua categoria social. E para que ninguém alegasse ignorância publicou-a ao som de tambores pelas ruas mais públicas da cidade.

Em observância da carta de 18 de março foram estes Negros processados, e por acórdão da Relação, de 15 de novembro, condenados 39 réus. Destes morreram 12 nas prisões, 4 escravos de Manuel Inácio foram condenados à morte natural e enforcados, no dia 18 do mesmo mês, na forca que se levantou na praça da Piedade, com assistência de toda a tropa de linha da guarnição; e os demais foram uns açoitados e degradados para os presídios de Moçambique, Benguela e Angola, para toda a vida, outros, depois de açoitados no lugar do suplício dos companheiros, entregues aos senhores.

A sufocação desta revolta é tida como um dos feitos de grande merecimento do Conde dos Arcos, então Governador da Bahia. É, porém, notável que aqui só se encontrem a respeito resumidas referências. A *Idade de Ouro*, único jornal que a esse tempo se publicava na Bahia, é inteiramente mudo a respeito do levante como da execução dos chefes da insurreição. Não me foi possível encontrar o processo destes criminosos nem no Arquivo Público, nem no cartório do Júri.

III. INSURREIÇÕES DOS NAGÔS. — A exemplo dos Haussás, que, para a grande revolta de 1813, se haviam ensaiado nas tentativas de 1807 e 1809, assim, nos sucessivos movimentos insurreccionais de 1826, 1828 e 1830, os Nagôs, impassíveis e indiferentes aos rios de sangue em que tinham sido afogados nos pequenos levantes anteriores, amestraram-se e instruíram-se na arte de urdir as grandes conspirações, tão bem revelada nas proporções que deram à revolta de 1835.

Insurreições de 1826, 1827 e 1828. — Nas matas do Urubu, em Pirajá, tinha-se constituído um quilombo, que se mantinha com o auxílio de uma casa fetiche da vizinhança, chamada a casa do Candomblé.

No dia 17 de dezembro de 1826, alguns indivíduos, naturalmente capitães do mato, propuseram-se a ir prender os negros fugidos, na suposição de que fossem em número muito reduzido. Opuseram, porém, os negros séria resistência: mataram três e feriram gravemente o quarto. Excitados com aquele sucesso, atacaram diversas pessoas no caminho do Cábula, deixando em estado grave uma mulatinha, um capitão do mato e outras pessoas. Na tarde do mesmo dia, 20 praças do batalhão de Pirajá seguiram a batê-los, reunindo-se a 12 praças que marcharam desta cidade, sob o comando de um oficial. Deu-se o encontro na baixa do Urubu. Os

negros foram cercados em uma pequena mata; segundo a parte oficial, recusaram-se a entregar-se, atacando a tropa, que fez fogo sobre eles, matando três e ferindo outros. Nessa ocasião foi presa a negra Zeferina, com armas na mão, diz a parte oficial; apenas conduzindo um pequeno saco de farinha, afirmam diversas testemunhas. Esta negra declarou que os negros se tinham levantado contando com uma insurreição dos Nagôs da cidade, sobre a qual deviam marchar na véspera de Natal. Esta asserção foi plenamente confirmada pelos sucessos ulteriores. Estes vieram mostrar que já a esse tempo os Nagôs da cidade preparavam os elementos para uma ação bélica de valor e é claro que, entrando em seus planos envolver nela todos os negros dos engenhos vizinhos, deviam naturalmente buscar apoio em um quilombo tão da proximidade da Capital.

No entanto, devido talvez à precipitação dos acontecimentos, os sucessos de 17 de dezembro de 1826 não passaram do ataque a um pequeno quilombo, o qual, se bastou para resistir a meia dúzia de capitães do mato desarmados, não podia competir com a força de polícia que em seguida o atacou e que, como tudo induz a crer, não esperou ser agredida para espingardear os negros.

A fermentação das ideias de rebelião plantadas pelo Islamismo, latente embora, prosseguia, todavia, o seu curso natural.

Em 22 de abril de 1827, a insurreição de uma parte, naturalmente a muçulmana, dos escravos do engenho Vitória, próximo à Cachoeira, provocou, nos engenhos do Recôncavo, um levante, que só pôde ser reprimido após uma luta de dois dias.

Na madrugada de 11 de março de 1828, ainda uma parte apenas dos negros africanos desertou desta Capital, operou junção com os negros dos engenhos vizinhos no Cabrito e, concentrando-se na Armação, dispunham-se a atacar a cidade. Atacados próximo ao Pirajá pelo corpo de polícia e o 2º batalhão de linha, foram batidos em luta sanguinolenta em que pereceram muitos, sendo os demais presos e punidos.

Insurreição de 1830. — A 1º de abril de 1830, 18 a 20 negros nagôs ladinos atacaram três lojas de ferragens da cidade baixa com o fim de se apoderar de armamento. Da primeira retiraram doze espadas de copos e cinco parnaíbas, deixando gravemente ferido o proprietário da loja e um caixeiro. Da segunda, graças à resistência do dono que ameaçou fazer fogo

sobre eles aliás com armas descarregadas, apenas levaram uma parnaíba. Da terceira, retiraram mais seis das mesmas armas. Dirigiram-se então pela rua do Julião, a atacar os armazéns de negros novos de Venceslau Miguel de Almeida, de onde retiraram mais de cem, que os quiseram seguir, ferindo gravemente os dezoito que se recusaram a acompanhá-los. Engrossada a turba com muitos negros ladinos, tomaram caminho da Soledade, onde atacaram a guarda policial, apenas de sete soldados e um sargento. Feriram mortalmente um soldado, tomando-lhe a arma. Atacados por soldados de polícia e de linha e por paisanos, foram destroçados e dispersos, morrendo mais de cinquenta e ficando prisioneiros cerca de quarenta. Muitos, porém, dispersaram-se pelos matos de São Gonçalo e do Outeiro.

Era a explosão parcial de uma insurreição de peso que os Nagôs estavam urdindo para o dia 13 de abril, mas que abortou graças à denúncia dada em tempo por Alexandrina Joaquina da Conceição, moradora à rua de Baixo. Epifânio e outros chefes haviam convidado o negro Jorge a tomar parte na revolta, este comunicou o convite a Miguel, que o transmitiu a Alexandrina. Com estes esclarecimentos, conseguiu a polícia apoderar-se dos Nagôs que chefiavam a insurreição e se andavam provendo de armas. Assim foram presos Epifânio, José Luiz Antônio e Francisco, a quem tinha tocado saliente papel de amotinador e rebelado na insurreição de 11 de maio de 1828. Na devassa procedida foram estes escravos de uma infame e vergonhosa covardia. De delação em delação acabaram por enumerar todos os cúmplices e indicar as partes em que haviam ocultado as armas já adquiridas; uma espada de Francisco foi arrancada de debaixo do soalho, onde a tinha guardado; a de Querino, do fosso do quartel do Barbalho.

Insurreição de 24 de janeiro de 1835. — No dia 24 de janeiro de 1835, de 9 para dez horas da noite, a nagô liberta Guilhermina fez chegar ao conhecimento do juiz de paz do 1º distrito do curato da Sé que, ao toque da alvorada, romperia, na madrugada seguinte, uma grande sublevação de escravos. A Guilhermina haviam dado esta notícia o nagô liberto Domingos Fortunato, seu concubino, e Sabina da Cruz, também nagô liberta. Naquela tarde, na cidade baixa, tinha Domingos ouvido a negros saveiristas dizer que haviam chegado

alguns negros de Sant’Amaro, no intuito de reunir-se ao maioral Arrumá ou Alumá, que, de mais dias também dali tinha vindo; e no outro dia, juntos aos negros da cidade, tomarão conta da terra,

matando os brancos, cabras e negros crioulos, bem como os negros africanos que se recusassem a aderir ao movimento, e só poupando os mulatos, destinados a servir de lacaios e escravos.

Por seu turno, Sabina, ao regressar à noite à sua casa na rua da Oração, achou-a na maior desordem, o que atribuiu a uma desavença que tivera pela manhã com o seu amásio Vitório ou Sule. Debalde foi procurá-lo na casa próxima de Belchior, onde de costume guardava as chaves na sua ausência. De busca em busca, foi descobri-lo na rua do Guadalupe, em casa de uns negros de Sant’Amaro que, ela sabia, ele costumava frequentar. Ao escutar no corredor para ver se lhe percebia a voz, tal sussurro em língua nagô ouviu que deliberou esperá-lo na porta. A esse tempo saía da casa a negra Edum, de nação Egbá, que lhe afirmou estar ali Sule. E, como lhe pedisse Sabina que o fosse chamar, garantiu-lhe Edum que ele só sairia quando fosse hora de tomar a terra. Contou-lhe então Edum

que, pela madrugada quando tocasse alvorada, foguetes partidos das lojas da praça de Palácio, dariam o sinal de saída para matar os brancos, negros crioulos e cabras, poupando apenas os mulatos para escravos e lacaios.

E, como retorquisse Sabina que no dia seguinte eles haviam de ser senhores era de surra e não da terra, Edum apazou-a para ajustar contas depois da guerra. Assustada, Sabina foi então procurar Guilhermina a fim de que, levando esta o fato ao conhecimento dos brancos, lhe dessem dois soldados para dali retirar ela o seu amásio.

Comunicado o fato ao presidente da província, imediatamente foram tomadas todas as providências. Postas de prontidão as forças do exército da polícia, foram reforçadas todas as guardas o chefe de polícia, Dr. Francisco Gonçalves Martius, depois Visconde de São Lourenço, seguiu para arrabalde do Bonfim, onde residiam muitas famílias, a fim de providenciar de modo que se evitasse a junção dos sublevados com os negros dos engenhos próximos.

Começaram desde logo as buscas nas casas dos Africanos. Sob denúncia de que, na loja da segunda casa da ladeira da Praça, estava reunido grande número de negros Africanos, foi esta cercada e, apesar das evasivas coniventes do pardo Domingos Marinho de Sá, principal inquilino do prédio, as autoridades penetraram nele e dispunham-se, já às 11 horas da

noite, a dar minuciosa busca, quando de súbito se entreabriu a porta da loja e dela partiu um tiro de bacamarte, seguido da irrupção de uns 60 negros armados de espadas, lanças, pistolas, espingardas, etc., e aos gritos de: mata soldado! Fácilmente desbaratada a pequena força, ferido o Tenente Lázaro, seguiu o grupo para a Ajudá, onde fez as repetidas tentativas de arrombamento da cadeia. Não o conseguindo, saiu no largo do Teatro, onde pôs em debandada uma força de oito soldados permanentes que sobre eles dera uma descarga. E, a grandes gritos, atacando ferindo os que encontravam e, matando mesmo dois pardos, dirigiu-se o troço ao quartel da artilharia, no Forte de São Pedro. Aí mataram um sargento e, posto a intenção manifesta fosse operar junção com o troço revolucionário do bairro da Vitória, não se animaram a atacar o quartel. Retrocediam já, quando o troço de Vitória, atravessando a rua do Forte de São Pedro, debaixo de vivo fogo do quartel, operou a junção planejada. Daí seguiram a atacar o quartel dos permanentes ou de polícia, na Mouraria, onde houve forte tiroteio. Fechado o portão e tendo os revolucionários dois mortos e muitos feridos, seguiram para o lado da Barroquinha, indo sair pela segunda vez na Ajudá. Deste ponto encaminharam-se para o Colégio, atacaram a guarda que se recolheu, fazendo fogo sobre eles um reforço de permanentes. Mataram aí um soldado de artilharia que lutou com raro valor, matando antes de morrer um negro e ferindo diversos. Desceram então para a Baixa dos Sapateiros, mataram em caminho mais um pardo, seguiram para os Coqueiros e, saindo em Águas de Meninos, travaram luta com a cavalaria.

O chefe de polícia, que tinha seguido para o Bonfim e se propunha a retirar para ali a força de cavalaria, em tempo pôde receber aviso de que os insurgentes estavam atacando a cidade e marchavam para Águas de Meninos sobre o quartel da cavalaria.

Apenas teve tempo de providenciar para que as famílias fossem recolhidas à Igreja do Bonfim, como ponto de defesa mais fácil e natural, retrocedeu ao posto ameaçado, onde chegou às 3 horas da madrugada. Fez recolher ao quartel uma força de infantaria a fim de defender a porta e fazer fogo das janelas e estendeu a cavalaria em linha de combate no largo para receber os assaltantes. Quase em seguida chegava ali o grande troço de Africanos, que intrèpidamente atacaram ao mesmo tempo o quartel e a cavalaria. Repelidos do quartel e perseguidos pela cavalaria, que carregou

fortemente sobre eles, tiveram de debandar, morrendo mais de 40, ficando muitos feridos e precipitando-se ao mar uma grande parte dos quais muitos pereceram afogados, refugiando-se os demais na mata vizinha.

Estava debelada a insurreição, que só aqui foi atacada em ofensiva. Em resposta a uma acusação do Dr. Rebouças feita em 1838, o Visconde de São Lourenço⁵ acentua esta circunstância, mostrando que os africanos intimidaram a guarda de palácio, contiveram o batalhão de artilharia, obrigaram o corpo de polícia a fechar o quartel da Mouraria e só na cavalaria encontraram resistência e ataque.

Ainda assim, das 6 para as 7 horas da manhã, da casa de João Francisco Rates, no Pilar, saíram seis negros, armados e vestidos em trajes de guerra, os quais lançaram fogo à casa do senhor e tomaram para Águas de Meninos, onde para logo foram mortos. Eram retardatários que naturalmente ignoravam a precipitação do ataque a que a denúncia obrigou os Africanos. O chefe de polícia avaliou em mais de 60 o número dos mortos na ação, afora o grande número de feridos, que pereceram depois.

IV. CAUSAS RELIGIOSAS DAS INSURREIÇÕES. A insurreição de 1835, cuja história completa compulsamos, em detido exame, nos autos dos processos-crimes a. que deu lugar, põe em forte destaque a influência do Islamismo nos negros brasileiros, ao mesmo tempo que descobre os intuitos religiosos de toda esta série de levantes de escravos da Bahia. Por ocasião da última, a propaganda religiosa e guerreira dos negros maometanos havia atingido o auge do seu desenvolvimento. Eram outras tantas escolas e igrejas maometanas: a casa dos nagôs libertos Belchior e Gaspar da Silva Cunha, na rua da Oração, onde pregava de mestre o alufá ou marabu Luis, Sanim na sua nação Tapa, escravo de Pedro Ricardo da Silva; a casa dos nagôs libertos Manuel Calafate e Aprígio, na loja do segundo sobrado à ladeira da Praça; a casa do liberto haussá, Elesbão do Carmo, na sua terra Dandarà, no beco de Mata-Porcos; a casa do nagô Pacífico, Licutan entre os seus, nas lojas da casa de seu senhor, no Cruzeiro de São Francisco. E afora estas, outras muitas de importância menor.

⁵ Francisco Gonçalves Martins, *Suplemento à minha Exposição dos acontecimentos do dia 7 de novembro em resposta às anotações e comentários a uma Exposição por um Anônimo e outras acusações*, Rio de Janeiro, 1838, pág. 38.

Na casa de Belchior e Gaspar da Silva Cunha, que sublocavam quartos a outros negros, só se falava em língua iorubana ou nagô, sendo para muitos inteiramente desconhecidos os nomes cristãos dos parceiros. Concorriam ali Ojô, Ová, Narnosin, Sanim (Luiz), Sule (Vitório), Dadá (Mateus), Aliará (Jorge), Edum, etc..

Ali foi apreendida grande cópia de livros e papéis escritos em caracteres árabes, assim como fardamentos ou roupa de guerra, consistindo principalmente em grandes alvas ou túnicas brancas e barretes com diversos distintivos. São acordes os depoimentos em afirmar que os escritos eram de rezas males ou *musulmis* e que bem viva e intensa era ali a propaganda religiosa. Gaspar da Silva Cunha declara

que os papéis não são dele e sim de Belchior porque ele não sabe ler, mas que esses papéis são de reza, pois andavam a persegui-lo para aprender e deixar de ouvir missa Como costumava, por assim lhe ter ensinado seu senhor.

Depõe a escrava Marcelina, de nação Mandubi (?), inquilina de Gaspar e Belchior,

que os papéis achados são de reza dos males, escritos e feitos pelos mestres que andam ensinando. Estes mestres são de Nação Haussá, porque os Nagôs não sabem e são convocados para aprender por aqueles e também por alguns de nação Tapa... Eles aborreciam, dizendo que ela ia à missa adorar pau, que está no altar, porque as imagens não são santos.

Mas é o próprio Belchior quem declara que

também ia à sua casa Luiz, de nação Tapa, velho com alguns cabelos brancos e mãos foveiras, de nome Sanim na sua terra, o qual era o mestre de ensinar a ele respondente e aos outros a reza dos males e também quem ensinou ou lembrou que se fizesse uma junta em que cada negro desse uma ou meia pataca para se tirar dali vinte patacas para comprar roupa, sendo o excedente destinado a pagar semana a seus senhores, ou para se forrarem.

Não era, todavia, somente a instituição da caixa militar que, em seguida ou por entre as predicas e rezas das sextas-feiras e domingos, criava Sanim, pois dos documentos em caracteres árabes ali encontrados, constava todo o plano, muito bem urdido, da sublevação. Negando tudo o mais,

limitou-se Sanim a asseverar “ser falso que ele ensinasse a reza dos Males, porque, quando veio para terra de branco, não tratou mais disso e nem se lembra delas,” o que, na puerilidade do recurso de defesa, equivale a confessar que na África era missionário, *alufá* ou *rabau*.

Muito mais prestigioso era o *alufá* Licutan, batizado Pacífico e escravo do Dr. Varela. Na porta da casa do seu senhor, ao Cruzeiro de São Francisco, reunia os patrícios nagôs e levava-os para o seu quarto. Sabia ler e escrever os papéis de reza malê. E, tendo sido depositado na cadeia por penhora que a seu senhor haviam feito os frades carmelitas, era diàriamente visitado pelos de sua nação. Antônio Pereira de Almeida, carcereiro daquela prisão, declara

que, tendo sido Licutan recolhido em dias do mês de novembro, logo no dia seguinte teve muitos negros e negras que o fossem visitar e as visitas continuaram todos os dias e a todas as horas, pois que ele estava entre portas como simples depósito; e mais com a especialidade de que todos se ajoelhavam com muito respeito para lhe tomar a bênção. A ele testemunha constou que os outros nagôs tinham reunido dinheiro para libertar Pacífico quando fosse à praça.

Pacífico protestou que aos patrícios que o procuravam para se queixar do mau cativo por que estavam passando, se limitava a aconselhar sofressem, com paciência, como ele. Mas, interrogado sobre o seu nome nagô de Licutan, disse que se chamava *he Bilai* (?), mas que, em verdade, também se podia chamar Licutan, porquanto estava no caso de adotar o nome que bem lhe parecesse. Licutan não tinha sido apenas um dos chefes da insurreição. A sua libertação havia constituído mesmo um dos escopos ou objetivos primordiais dela. Por duas vezes o troço revolucionário foi ter até a Ajudá e tentou tomar de assalto a cadeia em que Pacífico estava recolhido. E, como se tanto não bastasse para demonstrar os intuits dos insurgidos, veio corroborar esse fato o efeito moral que sobre Pacífico produziu o malogro da jornada.

Domingo (dia seguinte ao da insurreição) — depõe o liberto mina Paulo Rates, fiel da cadeia —, Pacífico deitou a cabeça e não levantou mais, muito apaixonado e chorando quando, pela manhã, entravam presos os outros negros, dos quais um lhe deu um livro ou papel dobrado com as tais letras (caracteres árabes) e o mesmo negro Pacífico ou Licutan pôs-se a ler e a chorar.

Ainda acrescentou Rates ter um dia por acaso ouvido a um grupo de nagôs dos que diariamente visitavam a Licutan, comunicar a este que já tinha sido completada a soma necessária para libertá-lo, mas que a isso se recusava o seu senhor. E então acrescentaram que não se afligisse com isso Licutan, pois, “quando acabasse o jejum, eles haviam de ir lá para que ele saísse fôrro (liberto) de uma vez”. A alusão à insurreição e à sua dependência da medida propiciatória dos jejuns maometanos ou males revela-se aqui em plena evidência.

A propaganda na casa ou escola de Manuel Calafate, Aprígio e Conrado, na loja do segundo prédio da Ladeira da Praça, nem era menos ativa, nem menos compreensiva. Nas buscas judiciais, aí se encontraram nove tábuas de escrever, de madeira preta e amarela, que o nagô Inácio declarou pertencer aos pretos Benedito, Belchior, Joaquim, Aprígio e Conrado, e duas pretas e uma pequena amarela, que pertenciam a Manuel Calafate. Ainda encontraram quatro livros pequenos e mais papéis escritos com caracteres árabes e seis saquinhos de couro (Amuletos ou mandingas) “em que, declarou o negro Inácio, se dava um juramento de não morrer na cama e sim como pai Manuel Calafate”.

A acentuar bem o caráter de guerra religiosa veio a declaração do negro iebu Carlos, sobre quem tinham pairado um instante suspeitas de convivência revolucionária, de que “os nagôs que sabem ler e escrever são sócios da insurreição, nem davam a mão a apertar, nem tratavam bem aos que não o eram, chamando-os de caveri.”

Vasta também a esfera de ação e influência da escola do Alufá ou marabu, Dandará. O haussá liberto Elesbão do Carmo, em sua terra Dandará, morava no Gravatá, mas tinha alugado uma casinha no beco dos Tanoeiros na cidade baixa. Ali erigiu ele a sua tenda de comércio, a sua igreja de catequese muçulmana e a sua escola de propaganda revolucionária. “Era mestre em sua terra, declarou ele, e aqui tem ensinado os rapazes, mas não é para mal”. Na sua tenda, encontraram-se, com uma túnica guerreira e um rosário preto sem cruz das Males, tábuas e papéis escritos em caracteres árabes. A atestar a difusão do ensino muçulmano, tábuas e papéis assim escritos foram encontrados em casa de José da Costa, no beco de Mata-Porcos; na casa de Joaquim, na ladeira da Preguiça; na de Miguel Gonçalves, na mesma rua e em diversas outras.

Dominada a insurreição, cujos danos foram muito reduzidos, graças às medidas que a denúncia permitiu tomar ainda em tempo, dos 281 negros presos foram condenados à morte 16, dos quais só 5 foram executados a 14 de maio de 1835, a saber: os libertos Jorge da Cunha Barbosa e José Francisco Gonçalves e os escravos Gonçalo, Joaquim e Pedro. Os outros tiveram a pena comutada em galés perpétuas uns, muitos em açoites, alguns em prisão com trabalho. A todos os libertos a que tocou esta última pena, o regente Diogo Antônio Feijó comutou-a, por proposta do presidente da província em banimento para a Costa d’África; pois alegava o Visconde de São Lourenço, então chefe de polícia, que “os africanos forros trazem quase todos, no gozo da liberdade, o ferrete da escravidão e não utilizam nada ao país com a sua estada.” Banimento para os libertos, açoites para os escravos, tal a fórmula repressiva cômoda e econômica que permitia sufocar os germes de futuros levantes sem prejuízo na propriedade humana. E o senhor de Sanim, cuja sentença de morte foi confirmada pelo Tribunal de Relação da província, obteve em revista do Supremo Tribunal de Justiça novo julgamento para seu escravo, que foi então condenado a 600 açoites.

Era evidente que a justiça, o governo e o clero não chegaram a compreender o espírito da insurreição. Os mestres, missionários, alufás ou *marabus*, ocuparam lugar secundário na repressão. Pedro Luna, o Alumá, a quem se fizeram referências insistentes como a chefe muito influente, foi denunciado, mas em seguida posto em liberdade. Não rezam os autos por que Elesbão do Carmo, ou Dandará, não foi pronunciado.

Pacífico ou Licutan, condenado a mil açoites que recebeu. Sanim ou Luiz, condenado à morte, teve a pena de 600 açoites em novo julgamento. Manuel Calafate parece ter perecido na luta.

E, todavia, a insurreição de 1835 não tinha sido um levante brutal de senzalas, uma simples insubordinação de escravos, mas um empreendimento de homens de certo valor. Admirável a coragem, a nobre lealdade com que se portaram os mais influentes.

A Joaquim Gege, escravo de Soares, que, companheiro de casa de Manuel Calafate, recusava dar informações sobre seus cúmplices, contrariava o escravo Inácio a cada negativa que opunha ao interrogatório em acareação. Negou conhecer Aprígio, mas Inácio asseverou ser Joaquim morador na mesma casa com Manuel Calafate e Aprígio. “Depois do que,

rezam os autos, o interrogado disse ao preto Inácio *que como tinha saído azá* (azar, o insucesso ou malogro da insurreição), *e ele não queria morrer, só por isso é que acusava os outros.*” Bela resposta que, na algaravia do desconhecido negro, encerra a mesma lição moral de tantas outras que tiveram sorte e passaram à história. Nos autos vem sublinhado que o nagô Joaquim de Matos “chegou ao ponto de negar conhecer até ao seu próprio companheiro de morada Inácio de Limeira”. Mais sublime de heroísmo foi porventura a conduta do nagô Henrique, escravo de Maia. Gravemente ferido na mão e no dorso e vítima de tétano, já presa das violentas contraturas em que devia sucumbir no hospital, 48 horas depois, impossibilitado de sentar-se, a gemer durante todo o interrogatório, declarou “que ele não conhecia os negros que o haviam convidado (a tomar parte na insurreição) e que não dizia mais nada, porque não é gente de dizer duas coisas. O que disse está dito, até morrer”.

Quis o destino que os heróis da insurreição tivessem execução condigna. Não se tendo encontrado carrasco, os negros condenados à morte não puderam ser enforcados Como criminosos, pelo que foram fuzilados como soldados. O plano da insurreição estava na altura do valor dos seus promotores. Próximo ao arrabalde de Itapagipe demoravam então diversos engenhos com numerosa escravatura. Promover a sublevação dos negros da cidade, operar a junção dos grupos das diferentes freguesias, atacar de surpresa a guarnição, incendiar a cidade e em seguida reunir-se aos escravos das fazendas, era, de fato, mais audaz, porém mais exequível do que promover, como se tinha feito até então, um levante extramures para depois atacar a cidade, avisadas as tropas e guarnecidos os fortes.

Está este plano consignado nos documentos apreendidos na casa de Gaspar e Belchior. Escritos em caracteres árabes, deles só se conhece hoje a tradução feita pelo negro haussá Albino, se tradução se pode chamar uma explicação sumária do conteúdo e destino de cada uma das peças que lhe foram apresentadas.

Não encontrei os documentos, mas a transcrição da sua tradução oficial, além de desmascarar a instigação fanática dos levantes, tem o valor de estereotipar para o Islamismo africano o mesmo rebaixamento fetichista que denunciámos no catolicismo dos nossos negros. Nestas conversões não são as almas e os espíritos que se elevam à compreensão das religiões

superiores. Estas é que tem de descer até ao sentimento religioso de alcance muito reduzido, das raças inferiores.

Aos sete dias do mez de Fevereiro de 1835, nesta leal e valorosa cidade de São Salvador, Bahia de todos os Santos, a casa da residencia do Juiz de Paz do 1º districto de Curato da Sé, o cidadão José Mendes da Costa Coelho; onde eu, Escrivão do seu cargo, me achava, ahi compareceu o preto de nação Ussá e de nome Albino, escravo do Advogado Luiz da França de Athayde Moscoso, que o mesmo Juiz informado de que o dito preto sabia ler e escrever os caracteres arabicos, usados pelos negros insurgidos, tinha mandado vir a sua presença, deferiu-lhe o juramento aos Santos Evangelhos em um livro delles, em que poz sua mão direita, para que debaixo delle, como christão que era, declarasse e dissesse a verdade do que lesse nos papeis que lhe apresentava, numerados de um a nove, e, recebido por ele o dito juramento, prometeu cumprir da forma que ele os entendesse, passando a examinar um por um, declarou o seguinte:

Que o papel número primeiro dizia que a gente havia de vir da Victoria, tomando a terra e matando toda a gente da terra de branco e passarião por Aguas de Meninos até se juntarem todos no Cabrito, atraz de Itapagipe, para o que as espingardas não haviam de fazer mal algum; sendo resto rezas escriptas, para livrar o corpo;

Que o segundo consta delle já ter sido escripto, ha mais de anno e meio, para o fim tambem de guardar o corpo das ofensas de qualquer arma, contém orações que, depois de passadas as taboas, são estas lavadas para se beber a agua que livra das armas;

Que o terceiro é um escripto ou bilhete de um negro para outro, dizendo que deviam sahir todos das duas até ás quatro horas invisiveis, e que depois de fazerem o que pudessem iriam juntar-se no Cabrito, detraz de Itapagipe, em um buraco grande que ahi há, e com a gente do outro engenho que fica atraz e junto, porque esta gente já tinha feito aviso e quando esta não viesse eles iriam juntar-se no mesmo engenho, tendo muito cuidado de fugir dos corpos das guardas para surpreendeu-os, até eles sahirem logo da cidade;

Que o papel némero quatro é uma especie de A B C, por onde se principia a aprender a escripturação de Males;

Que o quinto, que foi achado em um breve com terra embrulhada, são Como que caminhos riscados e cerco feito, dizendo que por todo o caminho que passassem, ou ainda sendo cercados, não lhes há de acontecer cousa alguma, e por isso tinha a dita terra figurando o terreno do dito caminho;

Que o sexto hé uma especie de proclamação para ajuntar gente, com signaes ou assinaturas de varios e assignado por um nome Mala-Abubakar, afirmando que não há de acontecer cousa alguma no caminho, por que hão de passar livremente;

O setimo é lição de quem aprende;

Que o oitavo hé um escrito por um negro de nome Aliei para um de nome Adão, escravo de hum Inglez na Victoria, o qual diz que ás quatro horas havia de lá estar, e que o outro não sahisse sem .ele lá chegar;

Que o nono hé butua especie de folhinha, em que os Males sabem o tempo dos jejuns para matarem depois carneiros.

Apresentando-se-lhes duas taboas, huma escripta e outra limpa e sem letras, disse que a limpa já estava lavada das letras, como ele acima disse, cuja agua se bebe por mandinga, mas depois que tem vinte vezes escriptas, e que a outra, a escripta era a segunda lição de quem aprende a escrever.

E nada mais disse sobre os dictos papeis e taboas, e por isso mandou o Juiz lavrar este, em que assignou com o senhor do mesmo escravo, por este não saber ler nem escrever e com as testemunhas presentes. E eu José Fernandes de Oliveira Lima, Escrivão juramentado, o escrevi.

Para conservar ao documento todo o valor histórico não lhe alteramos a redação nem a ortografia.

V. Em todos os fatos que precedem, atestam-se evidentes a extensão e influência do Islamismo professado pelos africanos que vieram para o Brasil. A conversão tinha alastrado e era legião o número dos fiéis.

Importa, porém, reconhecer que o Maometismo não fez prosélitos entre os negros crioulos e os mestiços. Se ainda não desapareceu de todo, circunscrito como está aos últimos Africanos, o Islamismo na Bahia se extinguirá com eles. É que o Islamismo com o Cristianismo são credos

impostos aos Negros, hoje ainda muito superiores à capacidade religiosa deles, e que, apesar das transações feitas com o fetichismo, só se podem manter com o recurso de circunstâncias todas exteriores, especialmente mediante uma propaganda continua.

Abandonados a si mesmos, os negros crioulos preferem naturalmente obedecer à sua inclinação espontânea para o fetichismo, adaptando a ele o culto católico. Muitas causas concorrem hoje para garantir ao Catholicismo sobre o Islamismo uma decidida preferência dos Negros. Em primeiro lugar, o desaparecimento gradual, para o Islamismo, da proteção isoladora das línguas africanas, em geral sempre desconhecidas da população crioula. Oferecendo aos Negros, contra as prepotências e violências dos senhores, um abrigo ou recesso inacessível, elas favoreciam a catequese muçulmana, dando um refúgio espiritual aos escravos, acossados pela religião católica dos dominadores. Em segundo lugar, a maior aproximação em que das mitologias mais ou menos desenvolvidas dos Negros, fica o Catholicismo com os seus santos e as pompas do seu culto externo. Temos demonstrado em diversos trabalhos que a faculdade de estabelecer equivalências e identidades entre os santos católicos e as divindades ou orishás nagôs representa na Bahia um dos maiores atrativos dos Negros para o Catholicismo. Finalmente, conta ainda o Catholicismo em seu favor com o exemplo ambiente de toda a população, em cujo seio vivem os negros crioulos, e que se diz católica.

No entanto, pelo menos um bom terço dos velhos africanos sobreviventes na Bahia é *musulmi* ou malê, e mantém o culto perfeitamente organizado. Há uma autoridade central, o *Iman* ou *Almámy*, e numerosos sacerdotes que dele dependem. O *Iman* é chamado entre nós *Limamo*, que é, evidentemente, uma corrupção ou simples modificação de pronúncia de *Almámy* ou *El Imámy*. Os sacerdotes ou verdadeiros *marabus* chamam-se na Bahia *alufás*. Conheço diversos: na ladeira do Tabão nº 60, o haussá Jatô; na mesma rua nº 42, o nagô Derisso; no largo do Pelourinho, na ladeira das Portas do Carmo, o velho Nagô Antônio, com casa de armador junto à igreja de N. S. do Rosário; um haussá na ladeira do Alvo; outro na rua do Fogo; dois velhos haussás no Matatu.

Acredito que Pacífico ou Licutan era *Limamo* em 1835 e que a sua prisão, bem como a recusa de seu senhor às propostas de sua libertação foram as causas ocasionais mais poderosas da insurreição daquele ano.

Ainda hoje os africanos sobreviventes dão como motivo da insurreição, conhecida geralmente pelo nome de *Guerra dos Males*, a recusa oposta pelos senhores à libertação dos negros que ofereciam pelos seus resgates o valor então estipulado de um escravo. Muitos senhores apoderavam-se mesmo desse dinheiro pela violência. No entanto o Limamo atual, cuja confiança tenho captado, me informa que naquele tempo era Limamo o negro Mala Abukar, que, como vimos, assinava a proclamação escrita em árabe e encontrada pela polícia. E diz ele que o nome brasileiro de Abukar era Tomé, negro que mais tarde foi deportado para a África. Entretanto, nenhum negro deste nome desempenhou papel importante na insurreição, o que pode ter sido devido a que o sigilo dos fiéis o pôs a salvo da ação policial. Mas do inquérito só constam dois Tomés, dos quais um morreu aqui e não se diz que o outro tenha sido deportado.

O atual *Limamo* é o nagô Luis, e a sede da igreja maometana, a sua residência no Barris, à rua Alegria n.º 3. O Limamo é um homem alto e robusto, mas já fortemente curvado pela idade. Não me consta que tenha harém, mas a sua prole é numerosa. A sua mulher atual é uma negra crioula de mais de 30 anos, que esteve por algum tempo no Rio de Janeiro, onde se converteu ao Islamismo. É uma negra bem disposta, inteligente, sabendo ler e escrever alguma coisa e muito versada na leitura do Alcorão. Como ela não conhece o árabe e o Limamo não sabe ler nem escrever o português, existem na casa um Alcorão em árabe para o Limamo e uma versão portuguesa para sua mulher. Nem um, nem outro tem, porém, a precisa instrução para o cargo, nem sabem falar o árabe e a sua ignorância junta a uma boa dose de fanatismo *mullumi* faz deles antes *marabus* graduados do que verdadeiros sacerdotes do profeta. Queixam-se amargamente da ingratidão dos negros crioulos filhos de males, os quais preferem a vida fetichista dos negros de santo ou iorubanos ou a conversão católica a perseverar na fé de seus maiores. Temem-se muito do ridículo, do desprezo ou mesmo das violências da população crioula, que os confunde com os negros de candomblés ou feiticeiros.

Os fiéis seguem mais ou menos regularmente os preceitos musulmis, mas todos os ofícios e atos religiosos são praticados sob a maior reserva. Afirmam que, como um nobre protesto contra as violências sofridas em 1835 pelos Males, nunca mais a igreja musulmi baiana deu forma pública às suas festas. Mesmo entre os negros há quem afirme, porém, que essa

reserva vem ainda como consequência do terror que a repressão do último levante incutiu nos negros. O que parece, no entanto, é que, se essa foi a causa, a reserva se mantém hoje pela decadência manifesta em que caiu a igreja.

A modesta casa da rua da Alegria, que serve atualmente de mesquita, tem uma sala interna destinada aos ofícios e atos divinos. Ali reúnem-se os Males todas as sextas-feiras para a prece ou missa comum. Duas vezes por ano há um grande jejum, que dura 60 dias, sendo que só a 30 dias são obrigados os crentes, os outros 30 a mais se exigem apenas dos sacerdotes.

Os atos fúnebres são praticados com toda a regularidade pelos alufás nas freguesias por que se distribuem, pois está esta cidade dividida em um certo número de circunscrições eclesiásticas a cargo de outros tantos alufás.

Na sala de visitas ou de estudo e de ensino do Limamo vê-se uma grande mesa com os livros religiosos, com tábuas de escrita, tinteiros, penas especiais, etc.. Ao lado uma grande arca de madeira polida, onde presumo se guardem os paramentos sacerdotais. Nunca vi o Limamo no exercício das suas funções; mas já vi o alufá Jató vestido de alva e turbante. Das paredes estão pendentes quadros com o plano do templo de Meca, com inscrições em árabe, com pombas do Espírito Santo, etc..

Tão fetichistas como os negros católicos ou do culto iorubano, os Males da Bahia acham meio de fazer dos versetos do Alcorão, das águas de lavagem, das tábuas de escrita, de palavras e rezas cabalísticas, etc., outras tantas *mandingas*, dotadas de notáveis virtudes miraculosas, como soem fazer os negros cristianizados com os papéis de rezas católicas, com as fitas ou medidas de santos, etc.. Possuo grande coleção de gris-gris, mandingas ou amuletos dos negros musulmis. Não querendo confiar na tradução dos escritos árabes pelos negros Males desta cidade, enviei alguns exemplares para Paris, onde foram traduzidos no Office *Hasenfeldes traductions légales et autres en toutes langues*, 12, Place de la Bourse. O padre maronita, Pierre Andourard, teve a gentileza de traduzir outros. São todos versetos do Alcorão ou algumas palavras místicas, escritas de modo simbólico ou mágico. Bem o demonstra a tradução francesa, cuja versão portuguesa damos em seguida.

Peça n.º 1.

No alto

“Em nome de Deus Clemente e Misericordioso, derrame-se a bênção de Deus sobre nosso mestre Maomé, sobre sua família e sobre seus companheiros, bem assim a saudação.”

O resto do papel (frente e verso), salvo o quadrado do meio, está coberto da fórmula seguinte, repetida indefinidamente:

“Obedeço à ordem do Senhor Misericordioso”. O quadrado do meio é ocupado pela invocação dos nomes dos principais personagens sagrados do Islam. Notadamente lê-se:

“Ali (genro do profeta), Gabriel, Maomé, Joseph, Ismael, Salomão, Moisés, Davi, Jesus”, etc..

Peça nº 2.

“Certamente de dialeto árabe, mas de árabe muito incorreto, muito mal escrito e muito mal ortografado, e sobretudo truncado de modo a não permitir tentar-se mesmo dar dele uma tradução literal. Parece que o autor deste escrito celebra a excelência do Korão.

“No verso: “uma estrela, em cada raio a palavra Maomé”.

“Em um canto: “Em nome de Deus clemente misericordioso”.

“Os retoques vermelhos (com sangue) anunciam que o dono do talisman foi satisfeito na sua súplica, seu pedido ou seu voto. Esta peça tem primazia no Culto”.

Peça nº 3.

“Centésima sexta Surata do Korão, repetida seis vezes. A tradução desta Surata é a seguinte:”

“Um. — À boa inteligência dos Koraischitas (Tribo de Meca, de que fazia parte Maomé).”

“Dois. — À boa inteligência para enviar caravanas no inverno e no verão.”

“Três. — Adorem eles o Deus deste templo, Deus que os alimentou contra a fome e lhes deu confiança contra o temor”.

Peça nº 4.

“Fragmento da mesma Surata.”

“Nota comum às peças 1, 2, 3 e 4 e à folha fotografada:”

“Estas diferentes peças (uma, duas, três e Quatro) são talismãs ou gris-gris, destinados a proteger o indivíduo que as traz. São todas escritas em um árabe deformado e especialmente apropriado aos adeptos que professam o culto de Maomé. Em muitos lugares destes documentos encontram-se palavras destacadas, incorretas e truncadas, tiradas daqui e dali dos versetos do Korão; nessas palavras falta geralmente a sílaba final, às vezes a do começo, ora a principal, a alma da palavra. Em resumo: de tudo o que se pode decifrar, foi impossível fazer uma composição mesmo simplesmente literal. O todo (peças 1, 2, 3 e 4) deve ser considerado como místico, escrito por algum inurabu que há de ter vendido o seu talismã a algum pobre diabo ignorante e fanático, e escrito de modo que ele não compreenda patavina. O texto da folha fotografada deve ser incluído na mesma ordem de ideias”.

Peça nº 5. (Talismã):

“Tanto quanto as linhas intactas permitem julgar, seguramente não é escrito em árabe. Esta peça parece ser de um dialeto africano, escrito em caracteres árabes, da região de Turnbuctu, em um raio de 300 quilômetros. Os Imans empregam geralmente os caracteres árabes para escrever o seu dialeto, que muitas vezes tem curso e valor apenas em uma tribo, em uma aldeia, em um burgo. O autor da peça nº 5 deve possuir mais do que elementarmente a língua hebraica africana, porque os seus traçados não deixam dúvida alguma a este respeito. Serviu-se deles para desfigurar a forma árabe. Foi o suor humano que corrou e desfez a maior parte das palavras deste documento. Pôsto que sem valor, pôde-se reconhecer que ainda esta peça participa do Korão”.

“Folha fotografada:”

“No alto: — “Em nome de Deus Clemente e Misericordioso”. “Depois: — Os versetos 129 e 130 da 2.a Surata do Korão, repetidos trinta e duas vezes, mais quatro na margem esquerda.”

“A tradução destes versetos é a seguinte:”

“129. — Um profeta veio para vós, um profeta tomado entre vós. Vossas iniquidades lhe pesam, ele deseja ardentemente ver-nos crentes. Ele é cheio de bondade e de misericórdia.”

“130. — Se eles se afastam (de teus ensinamentos), dize-lhes:”

“Deus me basta. Não há outro Deus senão ele.”

“Pus nele a minha confiança; é o possuidor do grande trono (isto é, o trono da majestade divina)”.

Facilmente se compreendem as dificuldades que hão de encontrar aqueles que pretendem, como o Office Hasenfeld, traduzir estes documentos pela significação ordinária das palavras empregadas. Eles só podem ser devidamente entendidos pelos sacerdotes ou marabus males. E certamente era alufá ou maraba o negro haussá Albino que serviu de tradutor perito para os documentos da insurreição de 1835. De outro modo não se compreende que ele os tivesse mais do que traduzido, interpretado tão bem.

Como um exemplo destes documentos, gris-gris, talismãs mandingas, damos em seguida (figura 1), a reprodução litografada da peça nº 5⁶ que o Office Hasenfeld, de Paris, diz não ser de língua árabe, embora escrito em caracteres árabes⁷. A suposição de que se trate de uma língua das

⁶ Entre os *clichés*, que acompanhariam este livro, encontramos as quatro reproduções de amuletos, que são as figuras ns. 1, 2, 3 e 4, algumas com esta indicação: “Situação p. .63”. (Nota de H. P.).

⁷ Pareceu-me oportuno transcrever da obra de Binger a seguinte nota de Houdas, professor da Escola de línguas orientais sobre a escrita da gente de Kong.

A escrita árabe empregada pela gente de Kong é a de que se servem todos os negros do Sudão; pertence ao gênero que eu chamei *sudani* e que é uma das variedades do tipo *maghebino*. O que caracteriza este gênero de escrita é a notável semelhança que conservou um grande número de letras com a escrita *cufica*, tal como era usada para o século IV da hegira. Nela se encontra, com efeito, a forma retangular das letras enfáticas que, nos outros gêneros da escrita, foi substituída pela figura de uma pena deitada; as três letras *djim*, *ha* e *kha* são representadas por uma linha quebrada em vez de uma semi-elipse acompanhada da parte correspondente da sua normal: o *dal* e o *dzal* tem três ramos em vez de dois, etc. De acordo com estas observações, parece bem difícil não admitir que a gente do Kong, aliás como os outros muçulmanos do Sudão, tenha tirado sua escrita diretamente do *cufico* na época em que este último caráter era ainda usado nos livros litúrgicos, isto é, mais tarde, no V século da hegira. Além disso é mais do que provável que a introdução da escrita árabe e a do Islamismo, que a trouxe consigo, se tenham feito diretamente do Kairuam e não de Marrocos ou da Algéria, porque nestes dois últimos países o uso do *cufico* parece ter cessado desde muito cedo, para dar lugar a uma escrita mais elegante e mais cursiva. Seria bem surpreendente que os negros tivessem adotado um caráter pesado e sem graça, se tivessem

proximidades de Tumbuctu, posto que não seja impossível, é pouco provável. Inclino-me a crer se trata da língua haussá que, na África, é correntemente escrita nestes caracteres. Em todo o caso, aqui fica o documento, para que os competentes resolvam a dúvida.

Um dos alufás desta cidade deu-me o destino de cada um dos principais gris-gris que estão em meu poder, e distribuiu-os por ordem dos seus merecimentos, pois, naturalmente de acordo com o valor venal, eles vão crescendo de prestígio miraculoso, em uma progressão rigorosamente estabelecida.

O curioso processo de reforçar-se o efeito moral ou espiritual das orações pelo efeito material da sua ingestão é um atestado mais eloquente da impossibilidade em que se acham os Negros de dispensar as práticas fetichistas. Como já vimos, consiste este processo em se escreverem as orações em tábuas de madeira apropriadas, e depois de tê-las escrito vinte vezes, na última lavar a tábua para que o crente beba esta água tida por miraculosa, naturalmente por se acreditar, que ela conduz consigo o princípio ou virtude milagrosa, suposto material, que a oração encerra.

Explicava-me o *alufá* que por esta forma se fecha o corpo a todos os malefícios, — essa preocupação eterna do temor da feitiçaria, que domina e subjuga o Negro. Este fato, que se dá correntemente entre nós, é a reprodução fiel do que ainda hoje se passa na África. Eis como o capitão Binger⁸ descreve o que a este respeito ocorreu com ele no Kong, em 1888: “Não se passava um dia sem que eu recebesse a visita de um vizinho que me vinha pedir um n escrito destinado a dar inteligência a seus filhos. Debalde eu expunha que a eficácia de tal remédio era difícil de provar; insistiam por modo tal que, com grande pesar, fui forçado por vezes a me prestar a esta fantasia. Desempenhei-me dela o mais lealmente possível, escrevendo à tinta nas pequenas tábuas de madeira, que lhes servem de ardósia: “Deus lhes dê a luz”. As tábuas eram lavadas em seguida, e a tinta, de mistura com a água que tinha servido para limpá-las, era dada a beber aos meninos. Outros vinham solicitar-me um escrito que preservasse das

tido conhecimento de um tipo, de um traçado mais cômodo e de um talhe mais livre.

⁸ Binger, *Du Niger au golphe de Guiné*, Paris, 1892, vol. I, pág. 321.

balas e fizesse desviar os seus próprios projetos, a fim de que nenhum dos seus pudesse ser atingido na guerra”.

Se só na Bahia parece terem organizado os Negros uma verdadeira igreja maometana, não é de crer que só para a Bahia tivessem vindo negros males.

Afirmam-me o *Limano* e alguns *alufás* que também no Rio de Janeiro existe uma igreja *musulmi* regularmente organizada e sobre a qual não pesa, como sobre a da Bahia, a interdição das festas solenes que lá são executadas com grandes pompas. Mas, tanto quanto pude inferir destas informações, trata-se antes de uma igreja de muçulmanos árabes em que os negros males são admitidos.

A *Festa dos Mortos*, que o Dr. Melo Morais⁹ descreve em Penedo (Alagoas), é com certeza uma festa muçulmana. A prática de rezas e longos jejuns, a abstinência de bebidas alcoólicas, as relações das festas com as fases lunares, o sacrifício de carneiros, a vestimenta de longas túnicas alvas, descritas ou mencionadas pelo Dr. Melo Morais, são todas práticas e costumes males, que não se encontram nas festas dos negros fetichistas. De que nacionalidade eram esses males, é o que o autor não disse, não indagou, nem tenho dados para julgar.

VI. Se, com efeito, foram os Haussás e os Tapas que propagaram e desenvolveram o Islamismo na Bahia, é quase certo que, para a introdução desta religião, eles foram precedidos por outra família negra, os Mandês ou *mandingas*.

Em trabalho anterior a este, procurando a origem da denominação de “Males” que os negros muçulmanos tomaram na Bahia, fui levado a aproximá-la do termo “Malinkê” a que atribuí, seguindo a Hovelacque, uma significação ofensiva ou deprimente. A aproximação era justa, a explicação da origem estava, porém, errada. Como o termo “Malinkê” o nosso Male indica a família Mande ou *Mandinga*.

“Malê” é evidentemente uma ligeira e insignificante corrupção de *Melle*, *Mellé*, *Mali* ou *Malal*, donde também vem “Malink”, (“Mali-nkê”, gente ou homens de Mali). *Mali* ou Mellê era o nome de um dos três

⁹ Dr. Melo Morais, *Festas e tradições populares do Brasil*, Rio de Janeiro, pág. 333.

célebres e afamados impérios em que, no começo da era cristã, se desenvolveu todo o brilho da civilização central da bacia ou vale do Níger. No império de Ghanata ou Ghenata, suposta origem do apelido *Guiné*, que a notória fama do império africano levava os portugueses a aplicar a toda a África Ocidental; assim como nos reinos de *Mali* e do *Sonrag*, incarnou-se a grandeza dessa civilização, desenvolvida no coração da África setentrional, sob o concurso e a influência dos *Senhadjos* (Bérberes), *Fulás* e *Mandês*. De fato, tomando por guia os historiadores árabes que nos legaram a história dos reis Sonrays, Binger demonstra que, desde muito cedo, os mandês ou *Mandingas* exerciam ali poderosa influência e acabaram apoderando-se da direção suprema daqueles estados e impondo a todos, por largo prazo, a suserania do reino mandinga, *Mali*. Deslumbrou aos orientais do Cairo e de Meca, pelo seu fausto e esplendor, a peregrinação do mansa Muça, rei de Mali em 1326. Só nos fins do século XV (1499), o rei sonray Askia destruiu o poderio Mali ou *Melle*. E dessa época os Fulás, que ocupavam o reino, dispersaram-se, vindo, talvez pela primeira vez, ter grande fração deles às regiões ocidentais da Senegâmbia (Futa-Djalón, Alto-Senegal), infiltrando-se mesmo nos povos indígenas da costa ocidental: Sérêrês, Yalofs, etc.. Não parece ter sido, todavia, este o primeiro núcleo do Islamismo da Senegâmbia, que já de antes devia estar impregnada de tradições *malis*. Mais ou menos um século depois (1584 a 1590), as invasões marroquinas dirigidas pelo eunuco espanhol, o pachá Djodar ou Diodar, que trazia consigo muitos andaluzes, destruíram todo este antigo poderio, e apoderaram-se os expedicionários de Tumbuctu. Dispersos por sua vez os Mandês, a sua principal emigração fez-se para Oeste e com eles vieram de novo para a Senegâmbia as tradições *malis* associadas à cultura muçulmana. Já muito antes, porém, os Sussus ou Soçôs, ramo mande, tinham sido obrigados a emigrar nesta direção e haviam ocupado a Alta Gâmbia, Casamansa, etc.

Naturalmente foram estes Mandês e com eles os Fulás da ala ocidental, que todos viviam impregnados das tradições do poderio *Mali* na alta curva do Níger, os introdutores do Islamismo africano no Brasil com os escravos da Senegâmbia, da Gâmbia, de Guiné, etc.. De fato, é nesta zona da costa ocidental: Gâmbia, Scaries, Guiné portuguesa, etc., que entre os Mandingas ou Mandês, chamados “Malinkês” no Alto-Senegal, mais vivas se conservam estas tradições. Ali o termo Mali ou Mellé é equivalente de “nobre”, de “bom nascimento”. Na Gâmbia, apesar de já tão remota

destruição do império Mande, não pronunciavam eles nome de imperador ou *mansa* sem se inclinar. E é nesta acepção de gente instruída, de distinção ou nobre, que os Mandês muçulmanos, para marcar a sua superioridade sobre os negros infiéis, se chamam Malis na Senegâmbia e “Males” no Brasil. Foram também eles que naturalmente deram aos talismãs ou amuletos de versetos do Alcorão o nome de mandingas, por que são conhecidos na Bahia desde os tempos coloniais.

Ora, o ramo oriental dos Fulás que converteu e conquistou o Haussá, e povos adjacentes, inteiramente alheio ao império *Mali* e aos Mandês, nem podia trazer consigo as tradições malis ou males, nem a denominação nacional *Mandingas*. Se, pois, chegando ao Brasil, adotaram umas e outras, foi que já as encontraram introduzidas pelos Mandês negros Fulás da Senegâmbia. Por conseguinte estes devem ter precedido os Haussás no Brasil.

Noto, por exemplo, que os atuais *alufás*, que procedem do ensino haussá, sejam eles haussás nagôs, não sabem explicar a origem da denominação de “Males”, por que são conhecidos entre nós os negros muçulmanos, repudiam tal designação que tem por um nome de desprezo, a eles dado no país pelo vulgo. O *Limamo* muitas vezes me disse que eles eram musulmis e que só o povo ignorante é que os chama de Males. Ao contrário, os negros Solimas, que são os últimos mandês existentes na Bahia, embora nem todos muçulmanos, explicam-me que a denominação de “maré” corresponde na África à de “gente instruída”, “gente que frequenta escolas”.

Assim, o conhecimento etnográfico dos africanos vindos escravos para o Brasil, o qual não me consta tenha sido tentado antes de meus estudos, projeta larga e intensa luz sobre todos estes fatos, conferindo a cada qual uma fisionomia histórica justa e racional.